

A documentação de natureza etnológica como recurso estratégico para os povos indígenas

Rodrigo Piquet Saboia de Mello¹

Resumo

Este artigo abordará como a documentação de natureza etnológica tem se tornado um recurso estratégico para os povos indígenas. Em um ambiente de instabilidade política e agravos aos direitos indígenas, a ação informacional se configura como um instrumento de defesa e de aprofundamento nas lutas pela melhoria da condição dos povos indígenas do país. Nesta senda pela valorização informacional, serão destacados alguns trabalhos que têm sido realizados no Museu do Índio, instituição parceira dos povos indígenas há mais de 60 anos. Dentre os trabalhos, será brevemente explorada a parceria com a UNESCO no processo de documentação dos povos indígenas. O Museu do Índio, desde a sua fundação, se destacou pelo compromisso com os povos indígenas, sendo considerado um museu contra o preconceito, nas palavras do antropólogo Darcy Ribeiro. Neste artigo serão destacados aspectos da ação documental de origem estatal e as novas ações em curso desenvolvidas pelos próprios povos indígenas.

Palavras-chave: Documentação etnológica. Povos indígenas. Museu do Índio.

Abstract

This article will discuss how documentation of ethnological nature has become a strategic resource for indigenous peoples. In an environment of political instability and damage to indigenous rights, the informational action is configured as an instrument of defense and deepening in the struggles to improve the condition of the indigenous peoples of the country. In this path for the informational valorization of the indigenous peoples, some works will be highlighted that have been realized in the Museu do Índio, institution partner of the indigenous people to more than 60 years. Among the works, the partnership with UNESCO in the process of documentation of indigenous peoples will be explored soon. The institution of the Museu do Índio since its foundation represented a milestone in the commitment developed with the indigenous peoples, being titled as a museum against prejudice, in the words of the anthropologist Darcy Ribeiro. Finally, this article will highlight aspects of documentary action of state origin and the new actions in progress developed by the indigenous peoples themselves.

Keywords: Ethnological documentation. Indian people. Museu do Índio.

¹ Doutor e Mestre em Ciência da Informação pelo IBICT. Chefe do Núcleo de Informação Científica do Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio. rodrigopiquetuff@hotmail.com
Memória e Informação, v. 3, n. 1, p. 99-112, jan./jun. 2019

1 Introdução

O ano de 1953 foi emblemático para a documentação de origem etnológica, tendo em vista a inauguração do Museu do Índio na cidade do Rio de Janeiro. A instituição já nasceu com uma proposta arrojada. Nas palavras do idealizador da instituição, o antropólogo Darcy Ribeiro, o objetivo do Museu era dispor a “ambição de suscitar sentimento de simpatia pelos índios [...]” (RIBEIRO, 1962, p. 169). Localizado em local estratégico e de visibilidade na cidade, na Rua Mata Machado, nº 127, no bairro do Maracanã, em frente ao estádio onde ocorrem as mais importantes partidas de futebol, o Museu surge com uma proposta modernizadora em comparação às outras instituições museológicas existentes, partindo de uma nova imaginação museal (CHAGAS, 2009).

Figura 1 – Museu do Índio do Maracanã. Rio de Janeiro: Museu do Índio, [197-?]



Foto: João Domingos Lamônica

O Museu do Índio foi inaugurado como parte da Seção de Estudos (SE) do então Serviço de Proteção aos Índios (SPI), instituição de Estado que tinha por finalidade tutelar os povos indígenas em território brasileiro. Por meio de exposições temporárias e outras ações informativas, foi possível apresentar ao grande público o acervo reunido pela SE em virtude das expedições científicas efetuadas. Deste modo, o Museu apresentava de forma inovadora Memória e Informação, v. 3, n. 1, p. 99-112, jan./jun. 2019

os estudos realizados pelos pesquisadores do SPI (PAULA; GOMES, 1983), assim como a cultura material de povos vistos como exóticos pela sociedade brasileira.

A grande inovação do Museu do Índio quando da sua inauguração estava em sua proposta museológica, visto que a instituição tinha por missão produzir uma visão mais humanizada e aproximada da sociedade brasileira em relação aos povos indígenas. Os objetos que compunham o acervo faziam parte da história presente, não sendo objetos produzidos em um tempo distante.

No ano de 1978 o Museu do Índio foi transferido para seu atual endereço, na Rua das Palmeiras, nº 55, no bairro de Botafogo (RONDINELLI, 1997). É importante ressaltar desde já que a instituição sempre demonstrou preocupação com a documentação referente aos povos indígenas. Em meados dos anos de 1970, ainda no Maracanã, foi criado o Centro de Documentação Etnológica (CDE), que teria um papel importante na construção do repositório de documentos etnológicos sobre os povos indígenas (MOREIRA NETO, 1979). O Centro voltou a funcionar logo após a transferência para a nova sede do Museu (PAULA; GOMES, 1983).

Figura 2 – Museu do Índio de Botafogo. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2007



Foto: Roberto Beckert

O presente estudo abordará a importância que a documentação de natureza etnológica tem para os povos indígenas a partir da ação de Estado promovida pelo Museu do Índio e pelo protagonismo indígena em tempos mais atuais. Ressalta-se que as informações sobre a situação dos povos indígenas e seus aspectos culturais, políticos e sociais ganham importância num contexto turbulento e de conflito entre a sociedade envolvente e os povos indígenas.

2 A documentação etnológica do Estado brasileiro

Ao abordar a documentação etnológica que é gerida pelo Estado brasileiro, há de se ressaltar o papel do Museu do Índio² de promover as culturas e línguas indígenas no Brasil, por meio de ações documentárias. A instituição possui uma larga experiência na organização de informações sobre os povos indígenas e a política indigenista.

O setor que tem por responsabilidade disseminar informações de natureza etnológica é a Biblioteca Marechal Rondon e sua coleção bibliográfica aborda os povos indígenas em território brasileiro. Também é importante expor a gênese da sistematização das informações sobre a temática indígena. Assim:

[...] o desenvolvimento da etnologia indígena no Brasil não pode ser adequadamente compreendido sem referência ao esforço de conhecimento sistemático da realidade indígena, desenvolvido pela antiga Seção de Estudos do SPI. Mesmo que se ignorem suas contribuições no estudo e planejamento da atividade indigenista, a Seção de Estudos permanece relevante através do Museu do Índio e das atividades mais estritamente etnológicas que nele se desenvolveram à época do SPI. Deve ser lembrado que, além disso, o órgão indigenista, através do Museu do Índio, criou e manteve entre 1955-57, o primeiro curso de estudos pós-graduados em antropologia do Brasil. (MOREIRA NETO, [197-?], p. 5).

Portanto, quando da ação informacional do Estado, foram realizadas diversas empreitadas para o conhecimento da intitulada realidade indígena. O Museu do Índio, como instituição científico-cultural, teve um papel de vanguarda, visto inclusive que o surgimento da pós-graduação no Brasil em Antropologia se originou na instituição museal ainda na década de 1950.

² Hoje o Museu do Índio é o órgão científico-cultural da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), subordinada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Memória e Informação*, v. 3, n. 1, p. 99-112, jan./jun. 2019

Os acervos que compõem o Museu do Índio e as informações de natureza etnológica que são disseminadas acabam por refletir a diversidade cultural dos povos indígenas do país. Assim, a documentação de natureza etnológica produzida pelo Estado brasileiro subsidia uma série de ações que venham a contemplar especificidades culturais ou outras demandas da seara jurídica.

A documentação hoje acumulada possui uma história de quase eliminação devido à trajetória pela qual caminharam os acervos que contavam as ações da política indigenista. Esta senda turbulenta muitas vezes também foi alvo de especulações de natureza política:

Em 16 de junho de 1967, um incêndio destruiu sete andares do edifício do Ministério da Agricultura, em Brasília, transformando em cinzas arquivos administrativos, filmes, mapas, gravações e artefatos depositados na sede do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Na época, o incêndio “suspeito” foi tido por algumas personalidades como criminoso, uma ‘queima de arquivo’, já que ocorrera após a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito do SPI pelo Ministro do Interior, General Albuquerque Lima. (FREIRE, 2011, p. 11).

Desta maneira, boa parte da documentação do Serviço de Proteção aos Índios esteve praticamente perdida, tendo sido necessários esforços para recuperar documentos dispersos em regiões do país, com iniciativas de recolhimento nas então denominadas Administrações Regionais da FUNAI por profissionais do Museu do Índio.

O Centro de Documentação Etnológica no Museu do Índio teve papel relevante na organização dos documentos produzidos pelo SPI e reunidos posteriormente. A partir deste trabalho, foi possível a promoção e qualificação do trabalho indigenista, como na execução de políticas de demarcação de terras indígenas e na comprovação da presença de indígenas em diversas regiões do território brasileiro.

Assim, para a recuperação parcial da história do Estado junto aos povos indígenas, foi necessária a busca de documentos nas unidades descentralizadas do órgão indigenista. Nas diversas localidades do país em que a FUNAI tinha atuação, como nos postos indígenas, foram realizadas ações de recolhimento, podendo assim recuperar retalhos da memória estatal (PIMENTA, 2012) e dos próprios povos indígenas. Deste modo:

Mais tarde, durante a ditadura militar, já com a Funai, o Museu do Índio, mediante o esforço de Carlos Moreira Neto, resgatou grande parte do material etnográfico, etno-histórico e administrativo, na forma de relatórios,

fotografias, mapas e croquis que ainda restavam nas velhas inspetorias do SPI, espalhadas pelo Brasil (pois um incêndio criminoso havia destruído quase todo o arquivo do SPI em 1967). Esse é o material com o qual muitas terras indígenas foram posteriormente reconhecidas e legalizadas, sem o qual não haveria provas suficientes para comprová-las. (GOMES, 1999, p. 183).

A pesquisadora Maciel (2017) destaca o valor e o lugar que ocupam os profissionais da informação, como bibliotecários e arquivistas, nas narrativas produzidas pelas práticas indigenistas fomentadas pelo Estado ao longo do século XX. Assim, há de se considerar as consequências que produziram as escolhas políticas nas práticas documentárias e da ação dos servidores do Estado.

Em virtude da importância desses profissionais para as práticas documentárias, cabe destacar a atuação da bibliotecária Maria de Pompéia Araújo Lima, então Chefe da Biblioteca Marechal Rondon, que atuou na organização do acervo da instituição. Seu labutar foi importante para a disseminação de informações produzidas no tempo do SPI e significou a perenidade dos registros realizados pela política indigenista em tempo outrora (MELLO, 2017).

O Museu do Índio, já no final dos anos 1980, também realizava iniciativas documentais, porém com uma participação indígena mais efetiva. Mais do que uma ação orientada para vigilância e controle (FOUCAULT, 1999), como na época do SPI, as iniciativas no bojo da redemocratização brasileira tinham um viés mais politizado da intitulada questão indígena. Neste sentido:

O uso pelos indígenas de meios audiovisuais como recurso tanto para a reabilitação cultural quanto para o enfrentamento político, é um fenômeno recente mas que já revela frutos. Assistimos no Brasil ao nascimento de uma nova linguagem visual, condicionada pelo modo particular dos realizadores índios de verem a si mesmos e ao meio que os cerca – reapropriação tecnológica inédita por povos que têm sofrido duramente os efeitos da modernização do seu “modus vivendi”. (MENEZES, 1989, p. 35).

É importante mencionar que o fenômeno então recém relatado e a reapropriação tecnológica pelos povos indígenas, ainda no final da década de 1980, tem vinculação com movimentos políticos, como as assembleias indígenas, realizadas ainda no final do regime militar. Esta experiência representou “um momento de fala dos índios jamais visto na história” (BICALHO, 2010, p. 93). Assim, o Museu do Índio, naquele contexto histórico,

estava também vivendo um período de iniciativas inovadoras, quando da realização das primeiras experiências documentárias em parceria com os povos indígenas.

A experiência que o Museu do Índio detém em produzir informações resultou em novas possibilidades de arranjos institucionais que vieram a permitir uma maior presença indígena na geração de informações. O Museu, compromissado com os povos indígenas, realizou uma ação de cooperação:

A instituição museal - que tem como principal objetivo a luta contra o preconceito e a disseminação de informações acerca dos povos indígenas – tem grandes desafios pela frente a fim de cumprir o seu papel enquanto parceira dos povos indígenas. Um deles será garantir a articulação com os índios num trabalho permanente de diálogo e cooperação. (PIQUET, 2012/2013, p. [3]).

Na atualidade, há outras iniciativas de documentação produzida pelo Museu do Índio com a participação indígena. Dois exemplos podem ser citados: o Programa de Documentação de Línguas e Culturas indígenas (PROGDOC) que teve início no ano de 2009 (MELLO; COUTO, 2017t) e a Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica, que teve início no ano de 2017 (MELLO; COUTO, 2017m). Ainda é possível destacar que:

As peculiaridades encontradas em cada um dos povos indígenas e, conseqüentemente, nos acervos culturais do Museu do Índio, representam a diversidade cultural brasileira e a dos próprios povos indígenas. Pela ação realizada hoje na instituição, é possível que muitos povos indígenas possam recontar a sua história, estabelecendo paralelos entre as ações do presente com o passado, construindo assim um futuro melhor para estes povos. (MELLO; SOUZA, 2015, p. 16).

Ou seja, o papel de disseminar informações sobre os povos indígenas representa uma ação de esclarecimento sobre a situação de grupos não hegemônicos muitas vezes distantes das grandes cidades brasileiras, assim como também em garantir que sejam respeitadas às especificidades culturais desses grupos.

As ações documentárias que o Museu do Índio tem desenvolvido se coadunam com a ação formulada pelo Estado brasileiro em motivar a autonomia dos povos indígenas, visando seu fortalecimento comunitário com a qualificação e instrumentalização dos agentes da produção informacional. Ainda sobre a ação de documentação do Museu do Índio:

Atualmente, o Museu do Índio é o guardião do maior acervo digital de línguas indígenas do Brasil, contribuindo assim, para a preservação, valorização e fortalecimento do patrimônio cultural e linguístico desses povos. Projetos de documentação são muito importantes, mas uma iniciativa de documentação linguística somente apresentará bons resultados se for pensada e gerida com a comunidade falante. Assim, se para obtermos resultados mais imediatos e concretos as metodologias utilizadas nos projetos de documentação linguística devem acompanhar as inovações tecnológicas e hoje dispõem de uma série de ferramentas que possibilitam abreviar várias etapas de trabalho, faz-se necessário dar acesso e domínio de tais ferramentas para os próprios indígenas, o que pressupõe um processo contínuo de formação de pesquisadores locais. (CAMPETELA [et. al.], 2017, p. 157).

No tempo presente é possível depreender, em números absolutos dos últimos inventários realizados na instituição, que os acervos do Museu do Índio estão constituídos por: 18.026 peças etnográficas, 19.341 publicações nacionais e estrangeiras especializadas em Etnologia indígena e áreas afins, 76.821 registros audiovisuais e, aproximadamente, 500 metros lineares do acervo textual de valor histórico para os povos indígenas.

Por fim, a documentação produzida sobre os povos indígenas em tempo outrora pode significar a possibilidade de criação de uma terra indígena. Um dos critérios para a permanência de grupos indígenas em certa localidade é a memorialidade confirmada em função da produção documental que, por definição, possui caráter probatório (DELMAS, 2010).

3 Reflexões acerca da documentação indígena

À luz do campo da Documentação (COBLANS, 1957; BRIET, 2016), há de se avançar sobre a importância que a documentação de natureza etnológica possui para os povos indígenas. A disseminação de informações sobre esses povos são a garantia do modo de vida peculiar e mesmo da sobrevivência de grupos muitas vezes vulneráveis frente ao desenvolvimento econômico assimétrico do país.

Uma característica nos dias de hoje é a existência de organizações indígenas que têm por objetivo lutar pelos seus direitos e documentar a sua própria cultura. Por meio da documentação, é possível considerar que as informações reunidas se tornem recursos

estratégicos para a afirmação étnica, assim como também nos processos de demarcação territorial (MELLO, 2019).

Os povos indígenas passam por um período de grandes transformações no seio das suas comunidades, como também na relação com o Estado por meio da FUNAI. Os desafios são de grande magnitude, porém se faz necessário refletir acerca do papel que o órgão indigenista terá nos anos que estão por vir. A título de exemplo, há um crescente processo de autonomização e de incorporação de elementos tecnológicos pelos povos indígenas, resultando num aprofundamento de sua independência frente ao poderio informacional do Estado.

Nas últimas décadas, a relação dos povos indígenas com o indigenismo oficial em que se configuravam relações de clientelismo e assistencialismo está acabando (MELLO, 2017). Nas novas configurações da política indigenista e das ações documentárias implantadas pelo Estado, os indígenas se tornaram protagonistas, não apenas na documentação da sua cultura, como também no manejo das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs).

No novo contexto da documentação produzida de origem etnológica estão os centros de memória e documentação indígena³, organizados nas aldeias ou em localidades próximas das terras indígenas, em que as memórias são registradas em desenhos, vídeos, textos ou fotografias e ficam armazenadas e acessadas não apenas por elementos de seu povo, mas por outros povos indígenas e demais interessados, que tenham acesso a rede mundial de computadores.

Nas denominadas novas sendas da documentação etnológica há desafios de natureza tecnológica a serem superadas, como as constantes atualizações de *softwares* e a permanente necessidade de investimento em formação de pesquisadores indígenas para que possam manejar as ferramentas disponíveis. Ainda cabe ressaltar que os recursos humanos formados para a realização de ações de documentação carecem de uma política de sedimentação dos pesquisadores/profissionais. Isto porque, com a qualificação atingida, estes mesmos pesquisadores acabam se inserindo em universos distantes das próprias aldeias.

³ Alguns exemplos de organizações que trabalham com documentação etnológica: Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque, Centro de Formação e Documentação Wajãpi, Centro de Documentação e Pesquisa Indígena, Centro Timbira de Ensino e Pesquisa Pênxwyj Hempejxá, Centro Indígena de Formação Raposa Serra do Sol, Associação Indígena Kisedje, Centro de Cultura Kuikuro e Centro de Cultura Mawo. Memória e Informação, v. 3, n. 1, p. 99-112, jan./jun. 2019

O contato dos indígenas de forma sistemática com a sociedade envolvente gerou, dentre outras necessidades, a vontade do registro escrito e visual. Agregou-se a este fato a importância que o registro físico tem em nossa sociedade como valor de prova. Enredados nesta situação, os povos indígenas passaram a utilizar não apenas a oralidade, mas somaram a seu modelo tradicional de transmissão do conhecimento, outros suportes, como os digitais, visando auxiliar a recuperação da memória.

Por exemplo, a realização de filmes pelos próprios povos indígenas resultou numa mudança epistêmica. A reapropriação de saberes antes estranhos, como o ato de registrar rituais por meio de modernas tecnologias, é incorporado como aspectos emancipatórios na construção política e cultural indígena.

Todavia, ocorreram tentativas de se realizar o que poderia se chamar de uma produção audiovisual indígena. Neste tipo de produção, sem a participação do Estado, esperava-se que pudesse realizar a partir da sociedade civil a produção sobre os povos indígenas em parceria.

Assim:

Ainda na década de 1970, o cineasta Andrea Tonacci procurou o CTI [Centro de Trabalho Indigenista], com a proposta do “Inter Povos”, um projeto de comunicação intertribal através do vídeo. Mas o vídeo ainda estava nos seus primórdios e a ideia não vingou. Quando surgiu o VHS camcorder, já com uma bagagem de dezessete anos de convivência com povos indígenas e de militância indigenista, resolvi tomar a ideia, e assim começou o Vídeo nas Aldeias. (CARELLI, 2011, p. 46).

Concomitantemente a este processo do domínio de novos instrumentos documentários, os centros de cultura criados e gerenciados pelos povos indígenas são autônomos na organização de seus repositórios, o que leva aqueles que tratam repertórios desta natureza, formados e treinados pelo Estado, a abrir mão de seu conhecimento para assimilar e agregar a sua formação uma nova forma de ver e agir sobre a documentação, ou seja, respeitando a lógica e o interesse dos indivíduos abordados no conjunto documental.

A formação de coleções pelos próprios indígenas pode apontar para um novo paradigma na organização do conhecimento. Outras dimensões organizacionais poderão emergir em virtude da não existência mais da mediação realizada por instituições de Estado.

Destarte:

As coleções se inscrevem num espaço de intermediação, permitindo a perpetuação identitária e simbólica de indivíduos por meio do visível concebido no que acumulam. Quando vistos e experimentados magicamente,

os objetos que compõem tais coleções, por representarem mais do que objetos significantes, alçam alguns indivíduos, ou mesmo grupos, ao espaço do divino, no caso, do invisível. (RIBEIRO, 2008, p. 66)

A importância na formação do acervo é vista ao se chegar a uma relação de perenidade com o conhecimento produzido. Em tempo pretérito, os indígenas tinham uma necessidade premente do relato oral com objetivo de não cair no esquecimento parte de suas memórias, principalmente, aquelas que viessem a constituir a etnicidade de seu povo. Com a perenidade do suporte informacional, a partir da passagem da memória oral para a documentária, não há mais a urgência na manutenção da oralidade, visando à preservação daquilo que não pode ser esquecido.

As atuais ações de documentação realizadas pelos povos indígenas apontam para uma nova empreitada documentária. Deste modo, esses grupos se qualificam a partir das ações de registro, com o objetivo de manter repositórios de sua cultura, com apoio técnico-científico de instituições que detém a *expertise* no campo da informação e incentivando uma reapropriação de novos aspectos culturais.

4 Considerações finais

O que se pode depreender das pesquisas sobre o processo de documentação etnológica é que as informações produzidas são de magnitude ímpar para o aprofundamento das conquistas dos povos indígenas, principalmente no que tange as suas especificidades culturais, como também para a garantia dos territórios indígenas ameaçados por projetos econômicos de grande impacto aos grupos residentes nestas localidades.

As ações informacionais de salvaguarda da documentação oriunda do SPI e as iniciativas de disseminação de informações etnológicas são das mais importantes. Isto porque, quando os povos indígenas aparecem na documentação, eles “[...] adquiriram voz. Eles falam e, algumas vezes, escrevem. E quando escrevem, reclamam, protestam, argumentam, registram as alianças feitas, desfeitas e refeitas, na luta pela terra e pela identidade” (FREIRE, 2002, p. 13). Ainda neste sentido:

Os desafios a serem enfrentados que permeiam o fenômeno informacional indígena são de grande magnitude. Enquanto a sociedade ocidental produz registros em suportes de longa duração, como o papiro há séculos atrás, hoje

Memória e Informação, v. 3, n. 1, p. 99-112, jan./jun. 2019

populações indígenas com baixa tradição escrita tem realizado esforços para documentar a sua cultura. No entanto, as questões informacionais com as quais os povos indígenas tem se deparado talvez sejam as mesmas sobre as quais cientistas da informação têm enfrentado. Tal fenômeno ocorre em virtude das novas configurações documentárias de natureza étnica, como no fomento de centros de documentação em áreas indígenas e gerenciados pelos próprios. (MELLO, 2018, p. 14-15).

O Museu do Índio, por meio de práticas documentárias, cumpre o papel de divulgar as culturas indígenas, como também em disponibilizar para os povos indígenas informações sobre o seu povo. Cabe, a partir da democratização do acesso, uma qualificação do uso da informação existente por parte dos povos indígenas, para que tais repositórios se transformem em mais um instrumento de luta pelos direitos indígenas e por melhores condições de sobrevivência nas terras indígenas espalhadas pelo país.

As novas instituições autônomas que trabalham com a documentação de origem etnológica criada pelos próprios indígenas podem apontar para novas potencialidades, inclusive no que tange a organização do conhecimento. Isto porque as especificidades culturais dos povos indígenas pavimentam trilhas inovadoras na forma de organizar acervos, classificar itens documentais ou mesmo um aprofundamento nas ações de desclassificação do conhecimento (GUTIÉRREZ, 2011).

Referências

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. As assembleias indígenas: o advento do movimento indígena no Brasil. **OP SIS**, Catalão, v. 10, n. 1, p. 91-114, jan./jun. 2010.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2016.

CAMPETELA, Cilene *et. al.* Documentação linguística, pesquisa e ensino: revitalização no contexto indígena do norte do Amapá. **Revista Linguística**, v. 13, n. 1, p. 151-167, jan. 2017.

CARELLI, Vincent. Um novo olhar, uma nova imagem. In: CARVALHO, Ana; CARVALHO, Ernesto Ignacio de; CARELLI, Vincent (Organização e textos). **Vídeo nas aldeias 25 anos: 1986-2011**. Olinda: Vídeo nas Aldeias, 2011. p. 42-51.

CARVALHO, Ana; CARVALHO, Ernesto Ignacio de; CARELLI, Vincent (Organização e textos). **Vídeo nas aldeias 25 anos: 1986-2011**. Olinda: Vídeo nas Aldeias, 2011. p. 42-51.

CHAGAS, Mário. **A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: IBRAM, 2009.

Memória e Informação, v. 3, n. 1, p. 99-112, jan./jun. 2019

COBLANS, Herbert. **Introdução ao estudo de documentação**. Rio de Janeiro: DASP, 1957.

DELMAS, Bruno. **Arquivos pra quê?** textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (organizador). **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. Introdução. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (organizador). **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011. p. 11-13.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Prefácio. In: MUSEU do Índio. **Povos indígenas no sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu (1910/1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002. p. 13-17.

GOMES, Mércio Pereira. Por que sou rondoniano. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 65, p. 173-191, 2009.

GUTIÉRREZ, Antonio Garcia. Desclassificação na organização do conhecimento: ensaio pós-epistemológico. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, jan./abr., 2011.

MACIEL, Laura Antunes. Sobre centenários, memórias e testemunhos da Comissão Rondon: pontos para reflexão. **Projeto História**, São Paulo, v. 58, p. 270-297, jan./mar. 2017.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. A Biblioteca Marechal Rondon e a disseminação de informações de natureza etnológica. *Revista Bibliomar*, São Luís, v. 16, n. 2, p. 29-43, jul./dez. 2017.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. O fenômeno informacional indígena e o processo de documentação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 1, p.93-108,, mar./ago. 2018.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. Para além do lumpen-indigenismo: novos aspectos informacionais da política indigenista brasileira. **RASI: Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, Volta Redonda, v. 3, p. 34-47, 2017.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. **O fenômeno informacional indígena na contemporaneidade**. 2019. 312 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de; COUTO, Ione Helena Pereira. A metamorfose da memória indígena no âmbito dos projetos de documentação da UNESCO. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 90-104, ago. 2017.

Memória e Informação, v. 3, n. 1, p. 99-112, jan./jun. 2019

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de; COUTO, Ione Helena Pereira. As transformações da memória indígena na contemporaneidade. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 163-175, set./fev. 2018.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de; SOUZA, Rosale de Mattos. As novas configurações político-institucionais do Estado brasileiro: demandas de acesso à informação para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de 2014 a 2015. **RACIn: Revista Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 34-52, jul./dez. 2015.

MENEZES, Claudia. Novas perspectivas e possibilidades para a participação estudantil e das populações indígenas. **Ciências em Museus**, Belém, v. 1, n. 1, p. 31-38, abr. 1989.

MINISTÉRIO do Interior. **Museu do Índio: 30 anos, 1953-1983**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1983.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Centro de Documentação Etnológica da FUNAI. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 12-15, maio/ago. 1979.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios, bandeirantes e sertanistas: uma visão romântica do indigenismo brasileiro**. [S.l.]: [S.n.], [197-?]. Mimeografado.

MUSEU do Índio. **Povos indígenas no sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu (1910/1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002.

PAULA, Ruth Wallace de Garcia; GOMES, Jussara Vieira. O Museu do Índio: 1953-1983. In: MINISTÉRIO do Interior. **Museu do Índio: 30 anos, 1953-1983**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1983. p. 9-22.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. **Retalhos de memória: lembranças de operários têxteis sobre identidade e trabalho**. Jundiaí: Paco editorial, 2012.

PIQUET, Rodrigo. 60 anos Museu do Índio: uma instituição contra o preconceito. **Museu ao Vivo**, Rio de Janeiro, ano 25, n. 40, p. [3], nov. 2012/set. 2013.

RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola, 1962.

RIBEIRO, Leila Beatriz. Patrimônio visual: as imagens como artefatos culturais. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (organização). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008. p. 59-71.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Inventário analítico do arquivo permanente do Museu do Índio: documentos textuais 1950-1994**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1997.